

ESTUDO NORMATIVO DO TESTE DE RORSCHACH NA POPULAÇÃO PORTUGUESA: A REGIÃO DO GRANDE PORTO

ANTÓNIO ABEL PIRES (*)
MARIA ISOLINA PINTO BORGES (**)

UNIVERSIDADE DO PORTO

Neste texto refere-se a necessidade da realização do estudo normativo do teste de Rorschach na população portuguesa apresentando-se os primeiros resultados desse estudo que se realizará por fases. O presente trabalho corresponde à primeira fase, limitada a uma amostra localizada na região do Grande Porto e será progressivamente alargado ao resto do país. Ao nível dos resultados normativos, são analisados a frequência dos modos de apreensão, do determinante formal e das respostas de conteúdos humano e animal.

Através da utilização da técnica Rorschach, fez-se sentir a necessidade de realizar um estudo normativo para a população portuguesa. Em trabalhos anteriores (Pires, 1986, 1987) salientámos a necessidade de um estudo deste tipo pois que a generalidade dos psicólogos portugueses recorre na sua prática a normas retiradas de estudos franceses. Tais estudos, para além de não serem recentes no tempo, não podem atender à genuinidade da cultura e à realidade histórico-linguística portuguesa.

Pormenores vários na cotação do Rorschach decorrem da experiência cultural dos indivíduos. As possibilidades de erro em termos de avaliação psicológica decorrente da não adaptação de tais normas à população portuguesa são portanto evidentes. Para minorar tais deficiências iniciámos este estudo com o Rorschach, para já com um âmbito bem delimitado. Assim, ele diz neste momento respeito a uma população da zona do Grande Porto e contempla apenas as respostas forma, banalidades e a localização (D e Dd).

A NECESSIDADE DE ESTUDOS NORMATIVOS DO RORSCHACH EM PORTUGAL

Se analisarmos a situação da utilização dos testes ou técnicas de avaliação psicológica em Portugal, verificamos que para a maioria destes instrumentos se é obrigado a utilizar dados normativos estrangeiros devido à falta de trabalhos de

investigação na população portuguesa nesta área. Em relação às técnicas projectivas, isto também se aplica. A este respeito é de registar o interesse recente de investigadores nacionais pelas técnicas projectivas, havendo uma alteração significativa nesta década: os trabalhos de Silva (1982, 1983, 1986a, 1986b) sobre o Teste de Apercepção para Crianças (CAT-H), de Cunha (1986) sobre o Teste de Frustração de Rosenzweig e de Carneiro (1986) sobre o Teste da Árvore.

Especificamente em relação ao teste de Rorschach, há apenas um estudo de Fernandes (1977) sobre as listas de Rorschach, com uma amostra de 60 estudantes do ensino superior, de Lisboa. Na nossa opinião era urgente avançar com estudo normativo que pudesse colmatar esta falta, pois todos os autores afirmam que quando há diferenças culturais entre a população a avaliar e a população sobre a qual foi realizado o estudo normativo é necessário estabelecer novas normas para a população em causa, para que o teste seja utilizável (Delpech, 1971). Isto verificou-se sempre que se pretendeu utilizar o Rorschach na população índia da América do Norte ou do Sul, nas populações africanas e nas populações orientais.

Verificou-se também que, mesmo no grupo de populações ocidentais, se assinalavam diferenças entre as listas de cotação (D, Dd, Ban e F+ F-) de Beck realizadas nos Estados Unidos e as listas de Beizmann, realizadas em França. Mesmo entre as listas de cotação de Beck de 1937 e 1961 se encontraram algumas diferenças, apesar de se tratar de amostras populacionais americanas.

Aqui poderíamos levantar a hipótese se a dimensão temporal, a evolução tecnológica, a evolução no acesso e no prolongamento da escolaridade não terão implicações ao nível da evolução da personalidade dos indivíduos e se os dados normativos obtidos em décadas passadas não estariam agora, de alguma forma, enviezados.

Alguns psicólogos levantaram-nos a questão da necessidade da realização deste estudo, porque utilizam frequentemente dados normativos de populações estrangeiras, principalmente de origem francesa. Acreditam, ao mesmo tempo questionando, que em virtude da cultura desse país ter tido uma

(*) Assistente da Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto

(**) Professora Associada da Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto.

A correspondência para este artigo deve ser enviada para: António Abel Pires, Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto, Rua das Taipas, 76, 4000 Porto.

grande influência sobre a nossa, e dada a proximidade cultural entre ambas, será possível utilizar com alguma segurança essas conclusões estatísticas.

Em primeiro lugar, pode-se afirmar que os dados normativos franceses, embora sejam utilizados em vários países europeus (principalmente as listas de cotação das Formas de Beizmann, 1966), que a sua metodologia é questionável na medida em que toma protocolos de proveniência diversa. Beizmann (1966) para a realização das suas listas de cotação das Formas, utilizou os dados que possuía, obtidos em França com uma amostra muito limitada, adicionando os resultados do estudo de Loosli-Usteri (1970) na suíça romanica, os de Beck (1967-68) nos Estados Unidos e os de Rorschach (1921/1967) na Suíça de língua alemã. Assim, não se pode afirmar que estas listas sejam o resultado de normas da população francesa e que há uma mistura muito grande de várias listas de populações diferentes e em várias épocas.

No que se refere à validade destes dados em Portugal, até agora, ainda ninguém verificou esta hipótese. Alguns psicólogos, por intuição, pensam que não existirão diferenças significativas, apesar de julgarem de interesse a verificação dessa hipótese empiricamente.

Em relação à nossa semelhança cultural, é certo que o nosso país se inscreve no espaço cultural da Europa Ocidental - pertencemos à CEE - mas existem particularidades culturais que o diferenciam tanto ao nível da sua língua como da sua experiência colectiva. Nesta, temos a nossa dita vocação atlântica que se prolongou até quase ao final do século XX, a nossa história política, a nossa lenta e baixa industrialização, o fraco acesso à sociedade de consumo em relação aos países ricos da Europa e da América. Claro que também poderíamos mencionar a nossa geografia, as nossas discrepâncias regionais, a nossa literatura e a nossa emigração (diáspora). Indo mais além nesta especificação da nossa identidade cultural, poder-se-ia referir a significação particular de conceitos (saúde, fado,...).

As palavras não têm o mesmo valor em línguas diferentes. Mesmo quando traduzidas, a conotação pode não ser a mesma. As crenças, os usos e os costumes são diferentes ou são vividos e mantidos de maneira diferente. Por exemplo, os bilingues sentem que têm acesso a dois mundos diferentes, preferindo utilizar os sistemas linguísticos independentemente em vez da tradução (Pires, 1986).

OBJECTIVOS

A realização deste estudo prende-se com uma tripla constatação: 1) os dados normativos são importantes na ajuda que prestam para a interpretação do protocolo do sujeito, 2) estes dados normativos estão dependentes do universo cultural em que o sujeito se insere e 3) a realidade socio-cultural portuguesa tem a sua especificidade. Partindo-se da hipótese de que as diferenças culturais influenciam os dados normativos, como por exemplo a frequência e a qualidade das respostas Forma e das Banalidades, objecto deste estudo, a aplicação de conclusões estatísticas estrangeiras à população portuguesa conduz a erros vários na avaliação. Um sentido prático deste trabalho passa pelo evitar do descrédito a que as provas projectivas, podem estar sujeitas e à melhoria da prática psicológica no nosso País.

METODOLOGIA

Contrariamente ao que acontece com adaptações de outro tipo de testes, aqui com o teste de Rorschach não se pretende modificar o material - estímulo nem, em princípio, as regras de administração. A adaptação incide sobre as normas de decodificação das respostas, ou sejam parâmetros informativos que fornecem os elementos importantes para a interpretação.

Instrumento

O instrumento é o teste de Rorschach, constituído pelas 10 placas já conhecidas por todos e editadas desde há mais de sessenta anos. As placas são constituídas por manchas cinzentas, negras e a cores, umas mais nítidas outras francamente esbatidas.

As placas são todas simétricas, o que segundo alguns autores, lhes dá uma semelhança com o corpo humano. Umas são mais compactas (fechadas) da placa I à VII, e que suscitam menos respostas (principalmente as placas IV, V, VI e VII), enquanto que as outras placas como as três coloridas suscitam mais facilmente respostas (excepto a placa IX).

Segundo Beizmann (1982), nas sete primeiras placas a maioria dos sujeitos tem uma impressão global, o que confirmaria as leis da escola Gestaltista. A placa X é a mais dispersa de todas e onde se torna mais difícil dar uma interpretação global. Em virtude de ser a última, alguns autores como Traubenberg (1970), indicam que os sujeitos nesta placa têm um comportamento particular, prolongando ou não a administração conforme o seu desejo de continuar ou cortar a relação com o psicólogo.

Pela reacção dos sujeitos, verifica-se que esta prova parece ser encarada de maneira diferente, na medida em que se nota geralmente a mesma surpresa por este tipo de provas. Na maior parte dos casos, a imagem que os sujeitos têm dos testes, é de uma tarefa onde eles têm que resolver algum problema, expresso através de texto, imagem ou números. Esperam quase sempre encontrar uma tarefa de "papel-lápis" ou então que lhes façam perguntas onde através das quais poderão ser avaliados os seus conhecimentos. Confrontar-se com este teste onde eles não têm que resolver nenhum problema nem mostrar o domínio de conhecimentos, apenas umas imagens em face das quais devem apenas dizer tudo o que aquilo lhes parece, sem boas nem más respostas, é sempre uma surpresa ou uma situação que os sujeitos não esperavam. Alguns podem ficar aliviados, por não serem obrigados a resolver "problemas", mas há outros que podem desvalorizar o teste e o psicólogo pois, para eles, esta prova não é suficientemente séria.

Em todos os casos, é sempre indispensável o estabelecimento de uma relação entre psicólogo e sujeito antes da administração do teste, pois de contrário, as pessoas não são sinceras, dizendo apenas ver o que é mais aceitável do ponto de vista social. Aliás como se conclui das investigações de Exner (1980, 1986) e Exner et al. (1978, 1984) sobre o processo de resposta, isso acontece sempre, só que a censura pode ser maior ou menor dependendo imenso da segurança e da confiança que o sujeito tiver na situação e no psicólogo.

Amostra

Na definição da amostra deparamos com uma série de

problemas mais relacionadas com o número de protocolos e outros com o cálculo do número de sujeitos por estratos a constituir. Devido ao grande dispêndio de tempo na administração do Rorschach, na sua cotação e na organização do material para o estudo estatístico, esta complexidade obrigou-nos a fixar um limite no número de protocolos.

Discussão das variáveis

Como esta é uma fase de exploração, com uma amostra limitada a uma centena de sujeitos, limitámo-nos à escolha de uma região do país, o Grande Porto (cidade do Porto e concelhos limítrofes). Esta escolha prende-se com a proximidade pessoal e da equipa de psicólogos que administraram a prova.

Esta região é urbana, embora nos concelhos limítrofes, existam focos rurais bastante acentuados. Procurou-se diversificar a proveniência dos sujeitos em termos do carácter urbano/rural das freguesias de proveniência (zonas rurais de Gondomar, Maia e Gaia). A população com características urbanas foi proveniente dos grandes centros populacionais do Porto, Vila Nova de Gaia, Espinho, Ermesinde, Rio Tinto, Maia, Gondomar e Matosinhos.

A escolha desta região parecia-nos, por outro lado, atender às zonas de residência da maioria da população portuguesa. Isto é, a maioria da população reside nos grandes centros de Lisboa, Porto, Braga, Setúbal e Coimbra. A outra razão da escolha efectuada deve-se, como afirmámos, ao facto de trabalharmos nesta região.

O grupo etário escolhido foi o de 18-25 anos. A escolha de um grupo etário deveu-se ao limite do número de sujeitos, pois se utilizássemos vários níveis etários a distribuição por nível seria baixo.

Como consideramos, de acordo com vários autores (cf., Delpech, 1971), que o factor cultural tem uma grande importância relativamente ao discurso, à dimensão do vocabulário, à implicação pessoal e a outros factores da situação de administração do teste de Rorschach, pensámos que a melhor escolha para este nível etário seria o nível de escolaridade dos sujeitos. No nosso país, o enriquecimento cultural e a mobilidade sócio-económica ainda dependem muito do sucesso na escolaridade.

A divisão dos sujeitos por grupos socio-culturais foi realizada com base nos níveis de escolaridade. Do grupo básico fazem parte os indivíduos com a escolaridade mínima obrigatória, completa ou não, até ao ciclo preparatório, como era determinado pela legislação. O nível secundário engloba os indivíduos com frequência ou conclusão de estudos secundários. O nível superior de escolaridade inclui os sujeitos com conclusão ou frequência de estudos superiores.

Em virtude da maioria da população ser considerada normal interessou-nos uma amostra de indivíduos normais. Sendo certo que os conceitos de normalidade e anormalidade são discutíveis, pensamos que as referências a esta diferenciação são bem conhecidas de todos os psicólogos não cabendo inventariá-las no quadro deste trabalho. Controlámos esta variável através da recolha de informação indirecta, se já tinham descompensado, consultado um psiquiatra, etc... Alguns protocolos foram anulados, pois o sujeito só prestou esta informação após a administração do teste.

Distribuição da Amostra

Para o cálculo da amostra baseámo-nos no XII Recenseamento Geral da População, do Instituto Nacional de Estatística, sobre a região do Porto e os quadros da população residente segundo os grupos etários e a qualificação académica. Este recenseamento data de 1981, o que poderá estar relativamente desactualizado.

Segundo este recenseamento, para o grupo etário da nossa amostra e para o Porto, 54.8% pertencem ao nível básico, 40.5% ao nível secundário e 4.6% ao nível superior. Procurou-se tomar estas percentagens em consideração.

Para a nossa amostra levantou-se-nos o problema da validade dos resultados para o grupo de nível superior. Segundo os dados do Censo de 1981, e tomando uma amostra em torno dos 100 sujeitos, só poderíamos administrar o teste a 5 indivíduos neste grupo. Para aumentar este grupo tivemos que diminuir a percentagem relativa dos outros dois.

A nossa amostra foi calculada para ser constituída por 41.3% de sujeitos no Básico, 37.9% no secundário e 20.6% no Superior, tendo em conta uma certa homogeneidade por idades e por sexo. Apesar de terem sido recolhidos 140 protocolos, fomos obrigados a anular 40 protocolos devido à variável normalidade ou a deficiências na administração do teste. Estas deficiências situaram-se na realização do inquérito particularmente na indicação pelos sujeitos das localizações e nos determinantes.

Os subgrupos Básico e Secundário têm uma percentagem de 38% cada e o subgrupo Superior tem uma percentagem de 24%.

A distribuição por sexos foi inicialmente fixada em termos de igualdade dos dois sexos. Após as anulações efectuadas a representação de um e outro sexo, passou a ser de 53% de indivíduos do sexo masculino e de 47% de indivíduos do sexo feminino.

Aplicação/administração do teste

A recolha de informação foi realizada junto da amostra acima mencionada, grupo etário 18-25 anos, na região do Grande Porto.

Os sujeitos foram contactados informalmente através de estabelecimentos de ensino, bibliotecas de Juntas de Freguesia, Grupos Paroquiais ou através de pessoas conhecidas que nos indicavam amigos, colegas ou vizinhos que poderiam ser contactados.

Quando o sujeito aceitava a situação procurava-se marcar o horário da aplicação.

Todos os sujeitos contactados do nível superior aceitaram sem problemas. Alguns indivíduos do sexo feminino do nível secundário e básico recusaram a colaboração, enquanto os do sexo masculino foram em geral mais receptivos. O maior número de recusas incidia sobre os indivíduos de escolaridade básica que apresentavam alguma desconfiança em relação à tarefa, tendo-se verificado algumas dificuldades para se completar a amostra.

Para a administração e cotação do Rorschach seguimos as regras enunciadas pela escola de língua francesa, representada nomeadamente pelas obras de Rausch de Traubenberg (1970), Loosli-Usteri (1970), Anzieu (1976) e Beizmann (1982).

APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Os resultados que vamos apresentar são as frequências do número de respostas (R), das respostas Global (G), de detalhe (D), de detalhe raro (Dd), do conjunto de Dd+DbI, das respostas forma (F), de conteúdo animal (A) e de conteúdo humano (H).

Estes dados serão comparados com os valores normativos utilizados pela escola francesa.

Quadro 1 - Totalidade da amostra (18-25 anos): Média de R e proporção de G, D, Dd+DbI, F, A e H.

R	G%	D%	Dd+DbI%	F%	A%	H%
22.04	36.92	50.03	12.98	49.90	46.25	16.64

Frequência do número de respostas (R).

Nas normas francesas, o número médio de R situa-se aproximadamente entre 20 e 30 respostas.

No nosso caso, o número médio de respostas por protocolo situou-se em 22.04. Embora este valor esteja situado no nível inferior das referidas normas, não se pode considerar muito diferente.

Frequência dos modos de apreensão

Os dados normativos utilizados pela escola francesa definem a percentagem de G entre 25 a 30%. No nosso caso obtivemos 36,92%, o que podemos considerar um valor muito elevado.

Quanto às respostas detalhe (D), no nosso caso obtivemos 50,03%, em comparação com os valores de 65-70% das normas francesas. Neste caso verifica-se o inverso em relação à frequência de G.

O conjunto de Dd+DbI, nas normas acima citadas, têm um valor de 8%, no nosso caso obtivemos 12,98%.

Em relação aos modos de apreensão, os nossos resultados são mais elevados nas respostas G e Dd+DbI e mais baixos nas respostas D.

Na comparação dos nossos resultados com a lista francesa das respostas D (Anzieu, 1976), verificamos que existem algumas diferenças.

Na placa I, não encontramos as localizações da divisão em terços da figura central, em contrapartida o nosso D5 não aparece nas listas francesas.

Na placa II, não há diferenças significativas e na placa III, não encontramos as localizações D do corpo dos seres humanos sem as pernas, com ou sem cabeça.

Na placa IV, consideramos a resposta G amputada da lista francesa como resposta D (totalidade excepto parte central inferior); e não encontramos a localização referente à parte clara das botas.

Na placa V, não encontramos o D referente ao contorno superior da asa.

Na placa VI, não encontramos a localização D, da metade direita ou esquerda da parte central.

Nas placas VII, VIII e IX não há diferenças significativas, e na placa IX não encontramos a localização D (cabecinha de animal no castanho verde).

No nosso caso consideramos sempre fielmente as localizações que os sujeitos marcavam durante o inquérito, por isso em alguns casos obtivemos algumas respostas D referentes à subdivisão de elementos considerados apenas em inteiro pelos autores franceses, como por exemplo na subdivisão do cinzento superior da placa X. Contudo esta subdivisão nunca transforma uma localização D das listas francesas em localização Dd no nosso caso.

Frequência do determinante formal (F) e dos conteúdos animal (A) e humano (H)

Os valores normativos da escola francesa situam a frequência de F em 50% aproximadamente, sendo aceitável um valor próximo dos 60%. As respostas A e H situam-se respectivamente em 35-50% e 15-20%. No nosso trabalho os valores obtidos foram: F%= 49,90, A%= 46,25 e H%= 16,64, que não são muito diferentes dos referidos pela escola francesa.

CONCLUSÃO

Contrariamente ao verificado habitualmente em estudos deste tipo, no grupo de resultados aqui apresentados, os valores que se diferenciam mais em relação aos da escola francesa, são os referentes aos modos de apreensão.

Devido à dificuldade de levantarmos hipóteses, neste momento, sobre possíveis diferenças de estilos de percepção entre populações de dois países, ou sobre a necessidade da actualização dos valores normativos franceses, apenas nos resta levantar a hipótese de esta diferença se dever a uma particularidade deste grupo etário (18-25 anos). Isto poderá ser analisado com a continuação do nosso projecto de estudo normativo desta prova a nível nacional, com uma amostra englobando outros grupos etários.

REFERÊNCIAS

- Anzieu, D. (1976). *Les méthodes projectives* (5ème ed.). Paris: Presses Universitaires de France.
- Beck, S. (1967-68). *Le test de Rorschach*. I e II Vol. Paris: Presses Universitaires de France.
- Beizmann, C. (1966). *Livret de cotation des formes dans le Rorschach*. Paris: Centre de Psychologie Appliquée.
- Beizmann, C. (1982). *Le Rorschach de l'enfant à l'adulte, étude génétique et clinique*. Neuchâtel et Paris: Delachaux et Niestlé.
- Carneiro, F.C. (1986). *Le test de l'arbre: une approche dynamique. Contribution à l'élaboration des techniques projectives*. Thèse de Doctorat d'État. Paris: Univ. Paris VII.
- Cunha, B. (1986). *Teste de Frustração de Rosenzweig, (Versão Adultos). 1ª Parte: adaptação portuguesa*. Centro de Psicologia da Universidade do Porto.
- Delpech, B. (1971). *Les techniques projectives dans l'exploration de la personnalité socioculturelle (synthèse bibliographique)*. *Psychopathologie Africaine*, Vol. VII, 2, 239-284.
- Exner, J. E. Jr. (1980). But it's only an inkblot. *Journal of Personality Assessment*, 44, 6, 562-577.

- Exner, J. E. Jr. (1986). *The Rorschach: A comprehensive System*: Vol. I: Basic Foundations (2nd ed.). New York: John Wiley & Sons.
- Exner, J. E.; Armbruster, G. Jr. & Mittman, B. (1978). The Rorschach response process. *Journal of Personality Assessment*, 42, 1, 27-38.
- Exner, J. Jr.; Viglione, D. J. & Gillespie, R. (1984). Relationships between Rorschach variables as relevant to the interpretation of structural data. *Journal of Personality Assessment*, 48, 1, 65-70.
- Fernandes, I. B. (1977). Contribuição para uma lista portuguesa de respostas banais ao Psicodiagnóstico de Rorschach. Separata da *Revista Portuguesa de Psicologia*, VI, 1, 285-303.
- Loosli-Usteri, M. (1970). *Manuel pratique du test de Rorschach* (5ème ed.). Paris: Hermann.
- Pires, A. A. (1986). O teste de Rorschach: alguns aspectos relacionados com as críticas e as novas perspectivas de utilização. *Jornal de Psicologia*, 5, 5, 8-13.
- Pires, A. A. (1987) - O teste de Rorschach na avaliação psicológica: Fundamentação, validade e estudo normativo na população portuguesa. Porto: F.P.C.E-U.P.
- Rausch de Traubenberg, N. (1970). *La pratique du Rorschach*. Paris: Presses Universitaires de France.
- Rorschach, H. (1921/1967). *Psychodiagnostic. Méthode et résultats d'une expérience diagnostique de perception (interprétation libre de formes fortuites)*. Paris: P.U.F.
- Silva, D. R. (1982). O teste de apercepção para crianças. (Figuras Humanas) - CAT-H. Lisboa: INIC.
- Silva, D. R. (1983). Análise dos estudos sobre a validade do Rorschach em psicologia clínica. Separata da *Revista Portuguesa de Psicologia*, 17/18/19.
- Silva, D. R. (1986a). Exner e a reposição do teste de Rorschach. *Revista Portuguesa de Pedagogia*, XX, 135-168.
- Silva, D. R. (1986b). Reflexões sobre algumas características das

técnicas projectivas. *Jornal de Psicologia*, 5, 3, 20-22.

ABSTRACT

STANDARDIZED STUDY OF RORSCHACH TEST IN THE PORTUGUESE POPULATION: THE REGION OF OPORTO

This paper refers to the need for conducting a standardized study of Rorschach test with the Portuguese population and also gives the first results of this study that will be carried out in more than one phase. The present work corresponds to the first phase, restricted to a sample located in the region of Oporto and will be progressively enlarged to the rest of country. Standardized results of the frequency of ways of apprehension, of formal determinant and of answers with animal and human contents, will be analysed.

RESUMÉ

L'ÉTUDE NORMATIVE DU TEST DE RORSCHACH DANS LA POPULATION PORTUGAISE: LA RÉGION DE PORTO.

Dans cet article on fait une brève réflexion sur le besoin de réaliser une étude normative du Test de Rorschach dans la population portugaise en présentant les premiers résultats de cette étude normative qui sera réalisée par phases. Dans cette première phase, l'échantillon appartient seulement à la région de Porto et il sera progressivement élargi à tout le pays. Au niveau des résultats, on analyse la fréquence des modes d'appréhension, du déterminant forme et des réponses à contenus humain et animal.

TERAPIA COMPORTAMENTAL

Modelos teóricos e manuais terapêuticos

Óscar F. Gonçalves

Universidade do Minho, Braga

CONTEÚDOS

MODELOS TEÓRICOS

1. A avaliação e conceptualização comportamental
2. O paradigma do condicionamento clássico
3. O paradigma do condicionamento operante
4. O paradigma da aprendizagem social

MANUAIS TERAPÊUTICOS

1. Exposição gradual e mediatizada
2. Exposição directa
3. Estratégias operantes
4. Modelagem e prática comportamental

Anexos

1. Guia para a Entrevista de Avaliação Comportamental
2. Manual de Relaxamento

Preço: 1250\$00 com portes incluídos, em cheque ou vale postal à ordem de Jornal de Psicologia
Pedidos: Edições Jornal de Psicologia, Apartado 4544, 4009 Porto, Codex.